

PEC só para auxílio e com duração de 4 anos

Equipe de transição quer deixar fora do teto de gastos todo o valor do benefício, um total de R\$ 175 bilhões, durante a gestão Lula. Ideia inicial era excluir em definitivo o programa das regras fiscais, mas houve resistências. Texto deve ser apresentado na quarta-feira

► VÍCTOR CORREIA
► VINÍCIUS DÓRIA

Após a passagem do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela sede do governo de transição, o conselho político reuniu-se, ontem, pela primeira vez no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e discutiu uma definição importante para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição: o texto tratará apenas dos recursos destinados ao pagamento do auxílio de R\$ 600. Rebatizada de PEC do Bolsa Família, a proposta está prevista para ser apresentada na próxima quarta-feira.

A equipe de transição, que trabalhava a ideia de retirar o benefício do teto de gastos definitivamente, agora pensa em fixar o prazo de quatro anos. "O consenso (entre os partidos) é de excepcionalizar a totalidade do Bolsa Família. As demais questões serão discutidas no âmbito do Orçamento", afirmou a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, durante a reunião com o grupo, composto por representantes de 14 siglas. Os tópicos a serem tratados dentro da peça orçamentária serão, portanto, outras promessas de campanha de Lula, como o aumento real do salário mínimo e recursos para a merenda escolar e a farmácia popular, entre outras.

Desde a vitória nas urnas, Lula corre contra o tempo para garantir espaço no Orçamento de 2023 capaz de garantir a continuidade do benefício no valor de R\$ 600 mais um adicional de R\$ 150 por criança com menos de 6 anos.

"Foram propostas apresentadas pelas duas candidaturas à Presidência da República. Ou seja, 100% os eleitores que votaram para presidente aprovaram isso", argumentou Gleisi Hoffmann, lembrando que o presidente Jair Bolsonaro, derrotado nas eleições, também prometeu durante a campanha a manutenção do

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Gleisi Hoffmann na primeira reunião do conselho político, formado por representantes de 14 partidos, na sede do governo de transição

Valor total de R\$ 175 bilhões

O Orçamento para 2023 já tem R\$ 105 bilhões previstos para bancar o Auxílio Brasil, mas no valor de R\$ 400. Para manter os R\$ 600 pagos atualmente, serão necessários mais R\$ 52 bilhões. E como Lula prometeu repasse de R\$ 150 por criança até 6 anos, é preciso prever mais R\$ 18 bilhões. O montante total do benefício, portanto, ficaria em R\$ 175 bilhões

valor do auxílio. "Temos um acordo entre os partidos que compõem nosso conselho que a PEC do Bolsa Família é essencial para que a gente atenda às reivindicações (da população)", continuou a presidente do PT.

Lula, em sua primeira visita à sede do governo de transição, na quinta-feira, fez várias reuniões para discutir a configuração da PEC. A expectativa era de que o texto fosse apresentado no mesmo dia. Os coordenadores da transição, porém, decidiram adiar a entrega. "Após as agendas de ontem (quinta), dado algumas sugestões apresentadas pela Câmara e pelo Senado, sentimos a necessidade de voltar a conversar com o presidente Lula",

explicou o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que coordena os debates sobre o Orçamento. "Acertamos seguir dialogando e, na quarta-feira, após o feriado, apresentaremos um texto final", completou.

Dias frisou que ainda está em discussão se a PEC manterá o Bolsa Família fora do teto de gastos permanentemente ou se a exclusão se dará somente por quatro anos. Ele comentou o assunto, também, em entrevista à GloboNews. "A gente faz prevendo para quatro anos, ou, em se tratando de um programa que pode ter duração maior, deixa sem previsão. Estamos conversando para chegar a um entendimento sobre isso", afirmou.

Aprovação

Na reunião do conselho político, os partidos avaliaram que colocar apenas o auxílio na PEC aumenta as chances de o texto ser aprovado no Congresso. "A ideia é não sair do que hoje existe de ajuda emergencial, que precisa ser mantido e que precisa também ser ampliado", afirmou a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), integrante do grupo. "Se a gente amplia muito (a PEC), corre, inclusive, riscos de estabilidade em relação à aprovação dela. A gente não pode correr esse risco."

A intenção original para a proposta era excepcionalizar recursos destinados ao que foi batizado pela coordenação de Lula como



Jamais vamos abrir mão de ter a responsabilidade social colocada em primeiro lugar. Estamos falando sobre a vida, a sobrevivência das pessoas. É por isso que nosso entendimento nesta reunião foi de que nós precisamos ter a PEC do Bolsa Família"

Gleisi Hoffmann,
presidente nacional do PT

o "mínimo existencial", o que incluiria transporte escolar, merenda, obras de infraestrutura, entre outros gastos. A avaliação do conselho político, porém, é de que isso diminuiria as chances de aprovação da proposta no Congresso com a urgência necessária.

Segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), escalado para coordenar o grupo de trabalho de Desenvolvimento Regional, o novo cronograma prevê a aprovação até 17 de dezembro. "Vamos estabelecer como prazo limite para ter o texto na semana que vem. Tramitação, na semana seguinte, no Senado. Na primeira semana de dezembro, no cronograma que eu desenho, a gente consegue aprovar no Senado e mandar para a Câmara", pontuou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2